



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO SUPERIOR DO IFMT**

DATA: 30/06/2014

HORÁRIO: Das 9h às 12h

LOCAL: Auditório da Reitoria do IFMT

PRESENCAS

CONSELHEIROS TITULARES

NOME	REPRESENTAÇÃO
José Bispo Barbosa	Presidente
Ruy de Oliveira	Docente
Kléberson Pierre Cardoso de Jesus	Docente
Cassiana Kissel	Docente
Fabício Geraldo dos Santos Rodrigues	Técnico-Administrativo
Leila Cimone Teodoro Alves	Técnico-Administrativo
Ronaldo Alves de Sousa	Técnico-Administrativo
Messias Aparecido Gama Silva	Técnico-Administrativo
André Luis Sodré Fernandes	Discente
Italo Augusto Alves Coleraus	Discente
Luiz Otavio Almeida Campos	Discente
Luis Fernando Almeida da Silva	Discente
Cléber Irineu Rodrigues da Silva	Egressos
Eveline Pasqualin Souza	Sociedade Civil - FIEMT
Eduardo Driemeyer	Sociedade Civil – SRTE/MT
Degmar Francisco dos Anjos	Colégio de Dirigentes
Suzana Aparecida da Silva	Colégio de Dirigentes
Willian Silva de Paula	Colégio de Dirigentes

CONSELHEIROS SUPLENTE (EM TITULARIDADE NESTA REUNIÃO)

NOME	REPRESENTAÇÃO
Paulo de Jesus Abreu dos Santos	Técnico-Administrativo
Dimorvan Alencar Brescancim	CODIR
Gilma Silva Chitarra	Docente
Antonio Carlos Coelho da Silva	Docente

SECRETÁRIA DO CONSUP/IFMT

Nádia Louise Dias de Sousa Freitas	Assessora da Reitoria
------------------------------------	-----------------------

PAUTA:

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA

O Presidente levou à apreciação a Ata da 9ª Reunião Extraordinária do CONSUP/IFMT, realizada dia 10/04/2014. Foi feito pedido de alteração da ata pelo conselheiro Ruy de Oliveira, o que foi parcialmente atendido, sendo aprovada a ata.

INFORMAÇÕES GERAIS

O presidente, José Bispo Barbosa, disse que a homologação do resultado final do concurso público destinado ao provimento de 53 vagas para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 08 vagas para Técnico Administrativo em Educação para atender oito campi e reitoria acontecerá no dia desta reunião. Ele falou que a urgência da homologação se dá em função das remoções e redistribuições, cujo prazo para ambos encerra-se no dia 04 de julho.

José Bispo comunicou também que vários servidores estão solicitando a revogação da Resolução nº 007/2014, que trata da Movimentação de Pessoal, e que, portanto, esta seria submetida ao pleno do conselho para apreciação e tomada de decisão sobre possíveis alterações.

Na sequência, ele disse que o conselheiro Ruy de Oliveira protocolou um requerimento solicitando a revisão e algumas adequações no Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno do Consup e Regulamento da Atividade Docente. O presidente falou que as alterações pontuadas pelo conselheiro serão discutidas nas próximas reuniões, pois são necessárias para o planejamento estratégico e para o desenvolvimento do instituto. Entre as mudanças, está a definição da missão e da visão da instituição. O presidente disse que as adequações deverão ser realizadas para contemplarem o que apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018).

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CONSELHEIROS

- a) Alessandro Ferronato (Docente) – Licença Médica
- b) Maria Edna (Téc. Adm.) – Férias
- c) João Flávio e Hermes Cunha (FECOMERCIO) – Reunião do Sesc e Posse Senac
- d) Ulisses (Docente) – Férias
- e) Glauca Barros – Forplan em Santa Catarina

Antes de passar à Ordem do Dia, o Conselheiro Ruy de Oliveira expôs algumas solicitações que recebeu da professora e, também, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFMT (CPPD), Itamara dos Anjos, acerca da Resolução 007/2014, aprovada pelo Conselho Superior em março do ano vigente, antes da posse dos atuais conselheiros eleitos.

No documento lido pelo conselheiro Ruy, a professora requisitou que sejam revistos os editais de remoção e redistribuição do Instituto. Entre outras coisas, ela disse que as redistribuições não estão regulamentadas, ficando a critério de cada diretor dos campi aceitar, ou não, o pedido de deslocamento do servidor de outro quadro. Ela entende que isso ocasiona um descompasso com a política de editais de remoção, pois o servidor do quadro gera a expectativa de remoção e quando já está quase alcançando fica sabendo que há uma redistribuição a caminho, e isso é algo de que não se tem controle algum. Ela ressalta que na reunião do Codir realizada em 18/02/2013 o reitor informou que as remoções por edital seriam priorizadas pela sua gestão e que somente depois as redistribuições seriam atendidas. A professora afirma que tem notícia de redistribuição fora dos casos especificados acima, feita por diretores de campus. Dessa forma, Itamara dos Anjos solicita que o conselho normatize as redistribuições para evitar que servidores do quadro não fiquem reféns de relações políticas desenvolvidas por cada campus.

Ruy também leu outra carta dos servidores de Pontes e Lacerda, que assinaram o pedido encaminhado ao Consup, sobre a mesma Resolução 007/2014. Os servidores lamentam que a referida resolução tenha sido aprovada pelo Consup sem envio prévio aos campi para possíveis sugestões ou ciência de seus servidores e, assim, eles acreditam que houve falha no diálogo entre gestão e servidores. Eles criticam a quebra de isonomia entre servidores que entraram por meio do mesmo concurso, uma vez que alguns docentes do concurso de 2012, ainda em estágio probatório, já foram removidos e/ou redistribuídos e, a partir da referida resolução, servidores pertencentes ao mesmo edital não poderão. Os servidores se dizem imensamente preocupados pelo fato da resolução permitir que as remoções “a interesse da administração” continuarão ocorrendo, por se tratar de termo de conotação subjetiva, e nesse aspecto não se tem clareza quanto a quem fará essa determinação, atendendo a que fim e sob quais condições. Eles sugerem que a fim de evitar prejuízos para a instituição, as remoções devam ocorrer somente nos períodos das férias escolares. Entendem que não é a remoção/redistribuição que traz prejuízo ao campus e sim a vacância do servidor. Ou seja, a ida do servidor removido sem que outro servidor ocupe seu lugar. Ainda afirmam que viram muitos servidores sendo deslocados, inclusive à Reitoria, “a interesse da administração”, sem que houvesse um substituto, ocasionando inúmeros prejuízos. Dessa forma, eles solicitam a revogação da Resolução 007/2014.

Por fim o conselheiro Ruy justificou que aceitou ler os documentos porque o assunto já vinha sendo discutido entre os servidores do IFMT há algum tempo, e ele pensa ser justa a causa, visto que, segundo ele, a resolução foi aprovada sem que os referidos servidores tivessem sido informados de antemão. Além disso, tais pessoas poderiam não ser contempladas pelas remoções que estavam por ocorrer (até 4 de julho de 2014) e isso poderia afetar a vida dessas pessoas. Por todos esses fatores, o conselheiro Ruy pediu para que este assunto fosse inserido na pauta.

O presidente disse que, conforme ele mesmo havia explicitado anteriormente, esse assunto será discutido em uma próxima reunião do Consup. José Bispo acrescentou que não é possível a normatização de redistribuição pelo instituto, pois ela somente é normatizada por Lei Federal, e que a instituição tem trabalhado de acordo com a lei. Ele falou que o processo de redistribuição não é

concretizado pelo Reitor, mas, sim, pelo Ministro de Estado da Educação.

Em seguida, ele pronunciou que a instituição está vivenciando um momento atípico, com o processo eleitoral, que ocorrerá a partir do dia 5 de julho até o dia 5 de janeiro, no qual não poderá acontecer a remoção de servidores. Ele disse que será feito um compromisso com os servidores removidos e nomeados antes desse processo, em que estes devem permanecer nos campi até que outro servidor chegue para que dessa forma os campi não tenham prejuízos na área pedagógica.

ORDEM DO DIA

3.1 – Apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT 2014/2018 – Relator: Conselheiro Degmar dos Anjos

O conselheiro Degmar dos Anjos definiu brevemente o PDI como um documento em que se definem a missão, a visão e os valores da instituição, bem como as principais políticas, metas e ações do IFMT, devendo nortear a forma como as muitas áreas de abrangência do Instituto serão conduzidas pelos próximos cinco anos.

Degmar disse que o documento vem sendo elaborado há um ano, sendo regido pelo Decreto nº 5773/2006, que pauta os itens que obrigatoriamente devem ser constados no Plano, entre eles: o planejamento institucional, o projeto pedagógico institucional, a organização didático-pedagógica e o planejamento de oferta de cursos da instituição.

Logo depois, o conselheiro explicou como se sucedeu o processo de elaboração do PDI no âmbito do IFMT. Degmar dos Anjos explicitou que foi criada uma Comissão Central, composta por 37 membros, com 15 Subcomissões Temáticas, e além da comissão central, houve uma Comissão de Campus, em cada campus, totalizando 103 membros. Ele complementou dizendo que foram realizadas 126 reuniões nos campi e 8 reuniões ampliadas, nas quais todas as comissões se congregaram para expor o que estava sendo discutido em cada comissão.

O conselheiro apresentou, em seguida, os aspectos gerais do documento, como a missão, a visão e os valores. Conforme Degmar, os valores (ética, transparência, inovação, empreendedorismo, sustentabilidade etc.) não foram contemplados no PDI anterior. Ele mostrou também alguns números contidos no PDI, como a expectativa de matrículas, com a agregação de mais de dez mil alunos nos próximos cinco anos, decorrente não apenas dos atuais campi, mas da criação de novos campi.

Antes de o texto do PDI ser submetido à aprovação, o conselheiro Ruy de Oliveira parabenizou Degmar dos Anjos pela concisão em sua fala, e fez uma apresentação elencando ressalvas a alguns pontos do documento, propondo melhorias.

Entre as observações, ele apontou que a quantidade de determinados cursos contidos no Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva – apontada no documento, não condiz com a realidade do campus, como o número de cursos de Bacharelado, que, segundo ele, é maior que 1 (um). Ruy disse também que os programas de mestrado previstos não foram contemplados.

O conselheiro citou a equiparação dos Institutos Federais às universidades, com relação aos cursos superiores, conforme incluído na lei de criação dos Institutos Federais (Art. 2º, parágrafo

1º, da Lei nº 11892/2008), e enfatizou que os Institutos são avaliados exatamente iguais às Universidades, e que por isso, há a necessidade de trabalhar os cursos superiores tal como os das Universidades, consolidando-os, o que em sua opinião não vem ocorrendo. Ele disse que em 5 anos de existência da instituição, a educação superior ainda não tem o destaque que merece no âmbito do IFMT, sendo esta trabalhada, ainda, de forma muito parecida com o ensino médio..

Sobre o processo político pedagógico, Ruy de Oliveira falou da importância de se explicitar as engenharias, assim como está na lei de criação dos institutos (lei nº 11892/2008), que objetivava, no momento de sua criação, o suprimento de engenheiros no país.

O conselheiro explicou também que falta no material a descrição de ações para o cumprimento das metas apresentadas, bem como a focalização em alguns objetivos, como a criação de laboratórios/salas de pesquisa, por áreas de conhecimento, captação de recursos externos e a preparação de forma eficiente de alunos e servidores com a criação de centros de idiomas para a participação destes em programas de intercâmbio, promovendo, conseqüentemente, a internacionalização do instituto, conforme está na lei de criação dos institutos.

Ruy comentou que não encontrou no documento a elaboração de metas e ações para o desenvolvimento de políticas de divulgação da instituição, considerando este um ponto falho no Plano. Ele complementou que é fundamental a publicização, de modo mais eficiente, dos cursos, das pesquisas e dos projetos desenvolvidos no âmbito do instituto.

O conselheiro mostrou, ainda, preocupação com a forma como foram apresentados no PDI a infraestrutura e os aspectos financeiros orçamentários. Conforme ele, esses pontos foram expostos de maneira deficiente, principalmente por conter pouco detalhamento das informações, o que certamente provocará dificuldades para acompanhamento do progresso da instituição. Ele disse que da forma que está no PDI não há nenhuma garantia de que de fato as ações previstas serão implementadas.

Ruy de Oliveira ressaltou que no artigo 16 do Decreto Nº 5773/2006, o qual estabelece as instruções para a construção do PDI, está clara a necessidade de se detalhar minimamente a descrição da infraestrutura física planejada, bem como da inclusão da “previsão orçamentária e cronograma de execução” para o período de vigência do PDI. No entendimento dele, esses itens significam um compromisso assumido entre os campi e a reitoria no ato da construção do PDI, servindo para que todos possam acompanhar adequadamente a execução do Plano. O conselheiro disse que a organização didática não deveria integrar o documento, pois, de acordo com ele, ela tem aspecto operacional, e que, além disso, no decreto supracitado, o tópico “organização didático-pedagógica” trata de outro documento.

Também foi observada por Ruy de Oliveira, a ausência, no PDI, do planejamento da reitoria assim como há para os campi. Conforme o conselheiro, certamente a reitoria também precisará adquirir equipamentos, treinar pessoal e construir uma sede própria. Ele disse que no PDI anterior constava a construção de prédio próprio para a sede da reitoria, mas que isso não está no Plano proposto. Na opinião dele, o prédio usado atualmente é inadequado para uma reitoria, pois não há espaço interno suficiente, nem estacionamento para os servidores do IFMT. Ele mencionou que

alguns de seus colegas já tiveram o carro arrombado nas ruas, causando-lhes danos irreparáveis. Ruy entende deve ser inserido no PDI a construção de sede própria para a Reitoria, que inclua: espaços internos amplos; estacionamento adequado; auditório; áreas de convivência, esporte e lazer. Segundo ele, tudo isso contribuirá, entre outras coisas, com a qualidade de vida da comunidade acadêmica do instituto.

Outro aspecto apontado por Ruy foi a discrepância entre a missão do IFMT constante no PDI e a missão presente no Estatuto do IFMT. Para ele, o ideal é alterar primeiramente o Estatuto para que só então seja “mudada” a missão do IFMT no PDI.

Ruy falou também da necessidade de um plano de metas de incentivo à permanência dos servidores nos campi do interior, o que pode ser proposto ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), e de agilização na garantia dos direitos dos servidores, como a percepção da insalubridade.

Por fim, Ruy de Oliveira elencou alguns princípios norteadores que ele acredita que deveriam ser a base para o PDI, como a qualidade de vida, consolidação dos cursos superiores, internacionalização e consolidação da pesquisa e inovação.

Em seguida, o servidor Ivo da Silva, Pedagogo do campus Cuiabá, ressaltou a dinâmica extremamente democrática de construção do PDI, e disse que o documento foi elaborado a partir de um olhar compromissado, acompanhando o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e pautado na responsabilidade de oferta uma educação profissional, técnica e tecnológica de qualidade. Além disso, Ivo disse que a organização didática deve integrar o PDI, conforme explicita o Decreto nº 5773/2006, e que todos os pontos elencados pelo conselheiro Ruy de Oliveira foram discutidos e estão especificados no próprio documento.

Na sequência, o conselheiro Kléber Pierre falou que se sentiu contemplado na fala do professor Ivo, e acrescentou dizendo que em nenhum outro momento havia sido promovida uma integração de forma tão intensa no instituto, entre os campi e a comunidade, como aconteceu durante a elaboração do PDI. Kléber disse ainda que o PDI não deve trazer um plano de ações, como sugeriu o conselheiro Ruy, mas, sim, um plano de metas, que deve ser elaborado posteriormente, em documento à parte.

A conselheira Suzana Aparecida parabenizou todos pelo compromisso na elaboração do PDI, e disse que só erra quem faz. Em seguida, parabenizou também o conselheiro Ruy de Oliveira pela análise minuciosa do documento, com olhar de conselheiro, elencando muitas observações pertinentes. Ela disse que todos os conselheiros devem realizar de forma rigorosa a leitura e análise do PDI, pois esse é um documento de extrema importância para o desenvolvimento da instituição, e é com base nele que os conselheiros avaliarão os processos que serão discutidos no Conselho Superior. Por fim, Suzana disse que ainda não havia feito parte de um conselho com membros tão compromissados como os que integram o atual conselho.

O conselheiro Willian de Paula disse que se sentiu contemplado em muitos pontos de vistas dos outros conselheiros, e que o PDI não é um documento pronto e acabado, e que, com tempo hábil, adequações e correções deverão ser realizadas, inclusive no que diz respeito à linguagem,

isto é, pensando em para quem é que está se escrevendo e como os leitores interpretarão cada trecho do documento.

Sobre o detalhamento da infraestrutura dos campi do instituto no PDI, levantado pelo conselheiro Ruy de Oliveira, o professor Dimorvan Brescancim esclareceu que durante o processo de elaboração, essa questão foi discutida na base, ou seja, por cada comissão, e que cada unidade teve a liberdade para fazer os levantamentos necessários para a composição do planejamento geral, como apresenta o PDI. Ele falou que cada campus tem o detalhamento de sua infraestrutura, em que constam as prioridades de reformas e obras, bem como a aquisição de equipamentos.

Logo depois, o conselheiro Degmar dos Anjos disse que foi importante atentar para o contexto da instituição na elaboração do Plano, respeitando, assim, as particularidades de cada campus e a identidade de cada região, considerando, por exemplo, que há campi recém-criados e outro centenário. Ele salientou ainda a fala do conselheiro Willian de que o documento não está completamente finalizado, e correções ainda serão realizadas.

O conselheiro Degmar agradeceu também aos membros das comissões, e ainda à professora Sônia Regina, pela contribuição na organização e planejamento.

Posteriormente, Ruy de Oliveira disse que o foco deve ser sempre a verificação do atendimento às necessidades da comunidade, e ressaltou a ideia de que o documento deve ser averiguado com um olhar crítico, sempre buscando melhorias, e que para isso é fundamental reconhecer os pontos falhos.

Ruy esclareceu que não estava questionando a forma como o documento foi construído, mas, sim, o seu conteúdo. Respondendo ao conselheiro Dimorvan, Ruy de Oliveira disse que de acordo com as instruções estabelecidas no decreto nº 5773/2006, há a necessidade de se detalhar a infraestrutura, e isso é importante para que os conselheiros possam acompanhar a execução do PDI, pois o este é o documento que todos têm como mecanismo para fazer tal acompanhamento. Ruy disse ainda já ter visto esse procedimento em outros PDIs.

O conselheiro ainda questionou o presidente quanto à construção da sede da reitoria, que estava prevista no PDI anterior, mas que não foi realizada e não consta no PDI atual. Ele ressaltou que os seus pontos deveriam ser vistos como contribuição, sem querer desconstruir o trabalho de ninguém. Ele falou também que gostaria de saber se o que ele estava propondo iria ferir os objetivos do instituto, e que se todos ali o vissem como alguém que quer de fato contribuir, eles poderiam trabalhar de forma bem melhor. Ruy acrescentou que nos seus 21 anos de instituição sempre procurou contribuir com o seu desenvolvimento. Disse ainda que preparou a apresentação para ouvir os colegas conselheiros no sentido de que todos pudessem contribuir e não simplesmente aprovar os documentos sem um olhar crítico.

Ruy afirmou ao conselheiro Dimorvan que este encontraria um item de “previsão orçamentária e cronograma de execução” em vários PDIs (de outros institutos) e perguntou por que não se poderia incluir isso no PDI do IFMT. Ruy de Oliveira falou para o conselheiro Degmar que as adequações propostas poderiam ser feitas em pouco tempo e se dispôs a ajudar nesse trabalho. Ruy enfatizou que o seu interesse é de que no prazo de 5 anos o instituto tenha um

desenvolvimento pleno, e ele acredita que para isso as críticas são importantes.

Ruy concordou com a conselheira Suzana, que disse que só erra quem faz, e complementou dizendo que é também importante reconhecer os erros para alcançar o crescimento. Ele disse que a partir do momento em que tudo que se propõe é rechaçado de início, o trabalho do Consup fica dificultado. O conselheiro falou que para se obter melhorias, as pessoas devem estar abertas para receber contribuições. Ruy explicou que faz questão de registrar em Ata tudo o que está ocorrendo no Consup, uma vez que estão acontecendo muitas votações sem a devida avaliação por parte de conselheiros.

Ruy de Oliveira ainda lembrou aos conselheiros eleitos que eles estão ali para representar os interesses do instituto. Ele pediu, então, que fosse encaminhada a sua proposta de revisão para que o documento fosse aprovado. A sua proposta foi a de se trabalhar pelo menos os seguintes aspectos: previsão orçamentária e cronograma de execução, construção da sede da reitoria do instituto e detalhamento mínimo da infraestrutura planejada.

Na sequência, a professora Sônia Regina salientou a participação efetiva dos membros das comissões na elaboração do PDI e enunciou que cada campus terá uma orientação para formar um painel de monitoramento de metas. Ela expôs um modelo do painel, e explicou que outras ferramentas de gestão e planejamento estratégico serão discutidas para o aprimoramento dessa monitoria.

Dimorvan explicou que caso o detalhamento de infraestrutura fosse integrado no PDI, o documento ficaria extremamente extenso. Ruy concordou com Dimorvan nesse sentido, mas disse que uma descrição mínima, como há em outros PDIs, seria possível, e completaria o Plano. Ele falou ainda que o espaço ocupado pela organização didática poderia ser utilizado para o detalhamento solicitado.

Acerca da previsão orçamentária, José Bispo Barbosa disse que não é possível colocar, atualmente, uma previsão de orçamento no documento. Ele explicou também que cada unidade tem autonomia para planejar e replanejar suas execuções orçamentárias, e cabe à reitoria acompanhar essas ações. O presidente esclareceu ainda que cada unidade tem o seu orçamento, de acordo com suas demandas, numa estrutura multicampi, diferentemente das universidades que apresentam orçamento único.

A conselheira Suzana Aparecida chamou à atenção para a responsabilidade dos diretores-gerais no que diz respeito à execução financeira em seus respectivos campi. A conselheira reiterou a fala do presidente de que não é possível elaborar uma previsão orçamentária, explicando que isso se deve em função do não conhecimento da quantidade de alunos e da situação de aguardo de aprovação de cursos previstos.

Ela disse, por fim, que não tem dúvidas de que os institutos federais são distintos das universidades, pois apresentam perfis, missões e sentimento de pertencimento diferenciados.

Ruy de Oliveira explicou que ele não havia dito que os institutos estão equiparados às universidades, mas disse que a lei estabelece que os institutos federais, no que se refere aos cursos superiores, estão equiparados às universidades, e são avaliados da mesma maneira pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Por isso, os institutos devem trabalhar, no tocante aos cursos superiores, do mesmo modo que as universidades.

Por fim, Ruy indagou se o parecer da conselheira Vânia Nadaf sobre a organização didática que havia sido aprovado no ano passado tinha sido levado em consideração, pois no referido parecer (registrado em ATA das reuniões de 15/08/2013 e 17/09/2013) havia vários pontos a serem adequados na organização didática vigente. Ele disse também que na época foi constituída uma comissão presidida, pelo conselheiro Degmar, para tratar desse fim e questionou a data em que o conselheiro Willian de Paula tinha sido nomeado relator da organização didática.

O presidente disse que a organização didática, aprovada no ano passado, foi reformulada para ser inclusa, como anexo, no PDI.

Antes de submeter o texto do PDI à aprovação, Degmar dos Anjos disse que revisões ortográficas ainda serão realizadas, mas para que revisões de cunho ideológico sejam feitas, é necessário que o material retorne para as bases de discussões da instituição.

Submetido à aprovação, o texto do PDI foi aprovado com 1 (um) voto contrário, do conselheiro Ruy de Oliveira.

3.2 – Apresentação da Organização Didática do IFMT (Anexa ao PDI/IFMT 2014/2018) – Relator: Willian de Paula

O conselheiro Willian de Paula resgatou concisamente o histórico da organização didática da instituição, explicando o processo de elaboração do documento e suas reformulações em função da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional. Willian ressaltou que a organização didática foi elaborada junto à percepção de pedagogos, pelos diretores de ensino e outros colaboradores da instituição.

O conselheiro disse que a organização didática já havia sido discutida ponto a ponto para votação em uma plenária, promovida em reunião anterior, e que o seu relato foi embasado em todo esse aspecto histórico.

Em seguida, Willian de Paula relatou que como conselheiro e educador percebeu que muitos pontos da organização didática já estão contemplados e amparados, legalmente, inclusive. Porém, em se tratando de uma das principais metas da instituição, que é o combate à evasão, o conselheiro chamou à atenção para o aspecto das dependências. Willian disse que ficou claro na plenária que há a possibilidade de os campi optarem ou não por ofertar a dependência. Dessa forma, o conselheiro questionou como serão discutidas políticas de combate à evasão se não há uma sistematização na oferta da dependência.

Em seguida, Willian informou que recebeu um documento de representantes da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) com ponderações acerca de outros pontos por eles elencados na organização didática. O conselheiro falou, então, que seria oportuno abrir espaço para que os representantes da PROEN fizessem suas considerações.

Assim, o Pró-Reitor de Ensino, Ghilson Ramalho, disse que é pertinente fazer uma avaliação mais criteriosa, não desmerecendo o trabalho já realizado, para atender às necessidades

da instituição. Ghilson solicitou, dessa maneira, um prazo para que alguns aspectos sejam revistos, como a questão da recuperação paralela, em que foi excluída a opção de acompanhamento simultâneo do professor ao aluno durante sua trajetória no período letivo, tendo em vista que atualmente esse acompanhamento tem ocorrido apenas no final do processo.

Ele enfatizou a ideia de que é fundamental uma análise detalhada da organização para que adequações sejam realizadas, pois muitos pontos trazidos no documento têm impactado, também, no sistema acadêmico, causando dificuldades na organização de sua estrutura.

Suzana Aparecida disse que é necessária uma apresentação do funcionamento do sistema acadêmico do instituto. Ela complementou dizendo que cabe uma pauta com a equipe da PROEN para que sejam explicitados pontos acerca do sistema a fim de que os conselheiros se sintam seguros para aprovarem mudanças na organização didática, inclusive no que concerne à questão da dependência.

A professora Gilma Chitarra disse que o tema da dependência é muito delicado em função das particularidades dos cursos e das diversidades das situações que envolvem os alunos.

O conselheiro Kléberson Pierre falou que a dependência representou um problema no Campus Cáceres em devido à estrutura dos cursos. Ele explicou ainda que a dependência não é o único ponto para sanar o problema do combate à evasão e enunciou que qualquer orientação no sentido de contrapor o que já foi decidido pela maioria pode colocar em risco o processo democrático ocorrido durante a construção do plano de desenvolvimento e da organização didática.

Eveline Pasqualin acrescentou que a dependência é uma situação extrema no processo de recuperação de aproveitamento e que outras formas de aproveitamento devem ser focalizadas, como a recuperação paralela.

O conselheiro Degmar dos Anjos expressou que a organização didática foi debatida durante um ano, em todos os contextos, e enfatizou que a ideia de que toda adequação que vier a ser realizada no documento deve retornar à base das discussões.

Ruy de oliveira disse que foi defendido, no ano anterior, pela conselheira Vânia Nadaf que houvesse duas organizações didáticas, uma para o ensino superior e outra para o ensino de nível médio. Conforme ele havia dito, o ensino superior é bem distinto do ensino médio em vários aspectos. Ele citou, por exemplo, a exigência de uniforme para o ensino superior, que constava da proposta anterior. Portanto, ele entende que é realmente importante muita atenção nesse sentido.

Ruy de Oliveira disse que todas as discussões que ocorrem no âmbito do Conselho Superior com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da instituição são válidas, e que caso seja decidido que são necessárias adequações, os documentos, devem ser revistos e alterados junto à comunidade acadêmica, a fim de se atender a todos da melhor forma possível, sendo esse um exercício de democracia.

O presidente, José Bispo Barbosa, concordou com o ponto de vista do conselheiro Ruy de Oliveira, e explicou que o Conselho Superior tem autonomia para mudar as normas estabelecidas, caso necessário. José Bispo complementou dizendo que há prazo suficiente para que o documento retorne à base para discussão, pois o próprio também não concorda com determinados pontos da

organização, inclusive, com relação à dependência, que, segundo ele, deve ser um processo sistematizado em função da mobilidade estudantil, e que devem ser discutidas estratégias para a implementação ou não da dependência.

Em seguida, o presidente, juntamente com os conselheiros, decidiu submeter a organização didática às bases para que o ponto trazido pelo conselheiro Willian de Paula e os itens apontados pela PROEN sejam rediscutidos para posterior aprovação. Ele salientou que é fundamental que sejam realizadas todas as discussões de forma democrática e criteriosa, para que o documento não chegue ao conselho para aprovação ainda com pontos a serem debatidos.

O presidente repetiu a decisão de submeter o documento para revisão e rediscussão às bases, sendo esta aprovada por unanimidade.

3.3 - Apresentação das alterações solicitadas pelo Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências – CRSC – Relator: Degmar dos Anjos

O conselheiro Degmar iniciou sua fala explicando sucintamente o que é o RSC, e em seguida elucidou o trâmite do regulamento elaborado no âmbito do IFMT para a concessão de RSC aos docentes do instituto. Ele disse que o regulamento foi enviado para o Conselho Permanente do RSC, do Ministério da Educação, e este solicitou que fossem realizadas algumas alterações para que o regulamento fosse aprovado.

O conselheiro disse que as alterações foram feitas, conforme estipulado pelo MEC, e, então, submeteu a nova resolução do RSC à aprovação, sendo esta aprovada por unanimidade.

3.4 - Apresentação da alteração da Resolução CONSUP/IFMT nº 021/2014 – Professor Titular – Relatora: Gláucia Barros

O Presidente José Bispo disse que a conselheira Gláucia Barros estava ausente, por isso a pauta seria adiada para a próxima reunião.

3.5 - Apreciação do resultado final do processo eleitoral para escolha do Diretor Geral do Campus Pontes e Lacerda

O conselheiro Ruy de Oliveira disse que recebeu uma solicitação de membros do Campus Pontes e Lacerda em que estes questionaram o resultado da eleição.

De acordo com o documento exposto pelo conselheiro Ruy, e escrito pelo professor e técnico administrativo Ben Hur Cardoso, alguns itens da legislação não foram cumpridos no processo eleitoral. Este afirma que não houve, por exemplo, a divulgação da lista de votantes, e que toda regulamentação foi feita via *ad referendum*. Segundo Ruy, o servidor Ben Hur reclamou que suas solicitações enviadas à reitoria não foram respondidas até aquele momento. Ruy disse que seria interessante que a documentação referente às solicitações do servidor tivesse sido anexada ao processo apreciado.

O presidente, José Bispo Barbosa, disse que Ben Hur, por ser professor e servidor técnico-administrativo pretendeu votar duas vezes, o que foi prontamente indeferido.

O professor Antônio Carlos, do Campus Pontes e Lacerda, disse que o processo eleitoral foi realizado com lisura, não existindo irregularidades e manipulações.

Ruy questionou o presidente sobre a razão para ele ter conduzido o processo eleitoral de Pontes e Lacerda via *ad referendum*.

José Bispo falou que não é possível convocar o conselho sempre que for preciso aprovar um documento, e complementou dizendo que a comissão eleitoral é responsável pela execução da eleição. Ele explicou, ainda, que atos via *ad referendum* estão regulamentados, podendo o reitor fazê-los a qualquer momento com o objetivo de dar celeridade ao processo.

Ruy lembrou que *ad referendum* são para questões urgentíssimas e, por isso, ele está propondo que na mudança do Regimento Interno do Consup haja uma frequência maior de reuniões do Consup, justamente para minimizar a quantidade de *ad referendum*. Ele constatou que das 25 resoluções aprovadas pelo Consup, 17 ocorreram por meio de *ad referendum*, o que em sua opinião é uma quantidade excessiva, e isso merece ser discutido no Regimento Interno do Conselho.

O presidente do conselho submeteu o resultado do processo eleitoral à aprovação, sendo este aprovado com 1 (uma) abstenção, do conselheiro Ruy de Oliveira. A sua justificativa para a abstenção foi a falta de toda a documentação reclamada pelo servidor Ben Hur no processo submetido para avaliação do Consup.

3.6 - Proposta de alteração da Resolução CONSUP/IFMT nº007/2014

A proposta de alteração da Resolução CONSUP/IFMT nº 007/2014 foi distribuída para o professor Antônio Carlos.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA RELATORIA:

Processo nº 23188.006240.2013-03

Interessado: Depto. De Serviços do Campus Cuiabá/IFMT

Assunto: PPC do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, modalidade a distância.

O Processo nº 23188.006240.2013-03 foi distribuído para relatoria ao conselheiro Degmar dos Anjos.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

CONSELHEIROS TITULARES

NOME	ASSINATURA
JOSÉ BISPO BARBOSA Presidente	
RUY DE OLIVEIRA Docente	
KLÉBERSON PIERRE CARDOSO DE JESUS	

Docente	
CASSIANA KISSEL Docente	
FABRÍCIO GERALDO DOS SANTOS RODRIGUES Técnico-Administrativo	
LEILA CIMONE TEODORO ALVES Técnico-Administrativo	
RONALDO ALVES DE SOUSA Técnico-Administrativo	
MESSIAS APARECIDO GAMA SILVA Técnico-Administrativo	
ANDRÉ LUIS SODRÉ FERNANDES Discente	
ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS Discente	
LUIZ OTAVIO ALMEIDA CAMPOS Discente	
LUIS FERNANDO ALMEIDA SILVA Discente	
CLÉBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA Egressos	
EVELINE PASQUALIN SOUZA Sociedade Civil - FIEMT	
EDUARDO DRIEMEYER Sociedade Civil – SRTE/MT	
DEGMAR FRANCISCO DOS ANJOS Colégio de Dirigentes	
SUZANA APARECIDA DA SILVA Colégio de Dirigentes	
WILLIAN SILVA DE PAULA Colégio de Dirigentes	

CONSELHEIROS SUPLENTE (EM TITULARIDADE NESTA REUNIÃO)

NOME	ASSINATURA
PAULO DE JESUS ABREU DOS SANTOS Técnico-Administrativo	
DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM CODIR	
GILMA SILVA CHITARRA Docente	
ANTONIO CARLOS COELHO DA SILVA Docente	

SECRETÁRIA DO CONSUP/IFMT

NOME	ASSINATURA
NÁDIA LOUISE DIAS DE SOUSA FREITAS Assessora da Reitoria	